



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0003017-73.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: **CLEMILDA BARBOSA CARVALHO**  
Requerido: **MAGAZINE LUIZA S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido junto à ré um computador portátil pelo preço de R\$ 818,08, dividido em seis parcelas de R\$ 120,60 cada uma.

Alegou ainda que soube após a quitação dessas parcelas que haveria outras doze pendentes, com o que não concordou.

A discussão travada nos autos concerne ao valor do produto adquirido pela autora perante a ré.

Sustenta ela que o preço teria sido dividido em seis prestações, ao passo que a ré esclareceu que o número de parcelas seria de doze.

A prova produzida favorece a ré.

Com efeito, os documentos de fls. 03/05 são claros ao prever que as prestações sobre as quais versavam integravam um universo de dezoito (1 de 18, 2 de 18, 3 de 18, etc.).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Eles convergem, outrossim, para os acostados a fls. 34/35.

O primeiro encerra a cédula de crédito bancário firmada a partir da transação em apreço, nela consignado o número de prestações da mercadoria em dezoito, cada uma no importe de R\$ 77,80.

Já o segundo representa o contrato de garantia estendida, o qual perfez o montante de cada prestação do carnê emitido para pagamento por parte da autora.

É relevante notar que ambos os documentos contaram com a assinatura da autora, não tendo ela em momento algum refutado esse aspecto.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à convicção de que a ré não perpetrrou qualquer ato ilícito.

O valor do negócio (aí incluído o do produto e o da garantia estendida) foi dividido em dezoito prestações, de sorte que ela exerceu seu direito ao negativar a autora porque esta confessadamente deixou de fazer os pagamentos devidos após a sexta parcela.

Nada de concreto faz supor que a compra se tivesse cristalizado na esteira da explicação de fl. 01, a qual é contrariada frontalmente pela prova documental amealhada.

É o que basta à rejeição à pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**